

EDUCOMUNICAÇÃO, CIDADANIA E ECOLOGIA: APRENDIZADOS DE SUJEITOS EDUCANDOS NA CIDADE ESCOLA AYNÍ

Carine Filippi Chiella Nichele¹
Jiani Adriana Bonin²

Resumo: O artigo explora os resultados de uma pesquisa que objetivou investigar as apropriações das práticas comunicacionais e educativas da Cidade Escola Ayni (Guaporé-RS) por sujeitos educandos, a fim de compreender sua contribuição para a construção e o exercício da cidadania vinculada à ecologia. Para situar a construção teórico-metodológica, são explicitados os conceitos que fundamentam a pesquisa – educomunicação, sujeitos comunicantes, apropriações comunicacionais e midiáticas, e cidadania vinculada à ecologia –, assim como as estratégias metodológicas, que incluem observação participante, oficina de arte ecológica e entrevistas. Os resultados da pesquisa exploram o processo educacional em desenvolvimento na escola, mediações envolvidas e saberes construídos, demonstrando concretizações produtivas e alguns fatores limitantes na formação vinculada à construção de cidadania ecológica.

Palavras-chave: Educomunicação; Apropriações comunicacionais; Processos educacionais; Sujeitos educacionais; Cidadania ecológica.

Educommunication, citizenship and ecology: learnings of subjects students in the cidade escola Ayni

Abstract: This article explores the results of a research project that aimed to investigate the appropriation of communication and educational practices at Cidade Escola Ayni (Guaporé-RS) by students, in order to understand their contribution to the construction and exercise of citizenship linked to ecology. In order to situate the theoretical-methodological construction, the concepts that underpin the research are explained – educommunication, communicating subjects, communication and media appropriations, and citizenship linked to ecology –, as well as the methodological strategies, which include participant observation, ecological art workshop and interviews. The results of the research explore the educommunication process under development at the school, the mediations involved and the knowledge constructed, demonstrating productive realizations and some limiting factors in the education linked to the construction of ecological citizenship.

Keywords: Educommunication; Communicational appropriations; Educational processes; Educational subjects; Ecological citizenship.

¹ Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8575-7624>. E-mail: carine.nichele@hotmail.com.

² Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8598-7411>. E-mail: jianiab@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Ao construirmos uma investigação que transita entre os campos da educação e da comunicação, nos propusemos a refletir sobre a interdependência dessas áreas a partir da perspectiva da educomunicação. Compreendemos que a educação é um campo estratégico para a formação de cidadãos mais conscientes e críticos e para a promoção do desenvolvimento físico, intelectual e moral do ser humano. No que concerne à comunicação, reconhecemos que esta permeia todas as dimensões da experiência humana e não se limita às formas orais e escritas da linguagem, abarcando outras dimensões, como a comunicação corporal. A comunicação manifesta-se cotidianamente como uma presença viva, sendo o modo pelo qual expressamos nossos pensamentos e compartilhamos informações com nossos pares. Essa dinâmica ocorre em todos os idiomas, dialetos e línguas, mas também por meio dos significados atribuídos às imagens, sons, gestos e símbolos, que igualmente comunicam.

Em diálogo com as contribuições de Kaplún (1998; 1999) acerca da conceituação da educomunicação, entendemos que esta “pedagogia da comunicação” deve ser compreendida como um campo transdisciplinar que utiliza os meios de comunicação como ferramentas educativas, que possibilitem a expressão, a participação e a construção do conhecimento pelos próprios educandos. Essas ideias contribuem para o desenvolvimento de práticas educativas mais participativas, críticas e transformadoras, com o objetivo de promover o empoderamento dos sujeitos e a construção de uma sociedade mais justa e democrática. A partir desta perspectiva, entendemos que o ambiente educativo possibilita a geração de discussões sobre temas relevantes para a sociedade, provocando os educandos a refletirem sobre a realidade em que vivem.

Reconhecendo o potencial da educomunicação para a formação cidadã, refletimos sobre a necessidade de abordar a questão ecológica, dimensão que integra o cotidiano das pessoas e que perpassa suas formas de relacionamento com o corpo, com outros seres vivos, com o planeta e com o cosmos. Considerando os recorrentes problemas ambientais e a urgência de atitudes conscientes ante essas questões, compreendemos que a ecologia constitui na atualidade uma dimensão estratégica da cidadania.

Seguindo essas perspectivas, a pesquisa³ de que trataremos neste texto foi desenvolvida na Cidade Escola Ayni⁴, escola de contraturno localizada na cidade de Guaporé-RS, que atende crianças de 3 a 14 anos. Diferente de escolas convencionais, a Ayni propõe trabalhar uma educação alternativa, em que o ensino e o aprendizado têm foco no educando e em seus interesses de estudo. A escola é gratuita e se mantém financeiramente por meio da venda de cursos, *souvenirs* e de um hotel recentemente inaugurado. Foi construída dentro de um bosque do município de Guaporé e possui ateliês em bioconstrução⁵ e diversos tipos de materiais disponíveis para as crianças, que têm liberdade para brincar na natureza e aprender na agrofloresta. A Ayni se define a partir dos pilares educação, economia e agroecologia, e visa promover uma relação de respeito com a natureza e as crianças, valorizando suas individualidades e buscando um modo de vida sustentável.

A pesquisa que desenvolvemos na Ayni investiga as apropriações, pelos sujeitos educandos, das práticas comunicacionais/educativas realizadas na escola, a fim de compreender como colaboram para a construção de cidadania vinculada à ecologia. Os sujeitos são concebidos como *coparticipantes* de nossa investigação, pois suas concepções e conhecimentos são construtivos e constitutivos dos conhecimentos produzidos na pesquisa. Eles são compreendidos como *educomunicandos*, seres que são comunicantes, históricos, constituídos por diversas mediações, complexos e multidimensionais (Maldonado, 2014), que também aprendem e, simultaneamente, ensinam (Freire, 1987; 1996).

No que se segue, tratamos num primeiro momento das construções teórico-metodológicas que fundamentaram a investigação. Em seguida trazemos os resultados da pesquisa refletindo, de modo mais específico, sobre a proposta educativa da Ayni, as práticas comunicacionais/educativas desenvolvidas, as mediações midiáticas e comunicacionais identificadas e os saberes e

³ Dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), 2024. Título: *Educomunicação socioambiental e construção de cidadania vinculada à ecologia*: apropriações das propostas da Cidade Escola Ayni pelos sujeitos educandos. Autora: Carine Filippi Chiella Nichele. Orientadora: Profa. Dra. Jiani Adriana Bonin.

⁴ Disponível em: www.ayni.org.br. Acesso em: 10 ago. 2024.

⁵ A bioconstrução é uma forma de construir que tem como princípio causar o menor impacto ambiental possível. Isso é feito tanto na implantação quanto na escolha dos materiais utilizados, que geralmente são captados no próprio local, como barro, madeira, bambu, palha e pedras.

competências desenvolvidos em relação à ecologia, analisados na perspectiva de construção de cidadania ecológica.

ALICERCES TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Para situar a problemática da pesquisa, iniciamos observando a realidade socioambiental da região da Serra Gaúcha e especificamente da cidade de Guaporé, onde a Cidade Escola Ayni atua defendendo uma postura crítica ao sistema educacional tradicional. A região conta com riqueza de recursos naturais, acesso à saúde, educação, segurança e boas condições econômicas. Contudo, é visível uma mudança na realidade social, sendo percebidos problemas relacionados à violência. Essa mudança está relacionada a diferentes fatores, sendo um deles a distribuição de renda desigual, que ocasiona conflitos em distintas esferas.

Por estar localizada no interior, agricultura, pecuária, indústria e comércio movem a economia da região. Apesar disso, parte da população segue reproduzindo práticas que são prejudiciais à natureza. Isso remonta à colonização do Brasil, que extraiu riquezas naturais para fortalecer a hegemonia eurocentrista. Após os marcos históricos da Revolução Industrial e das Guerras Mundiais, a modernização da agricultura e a ascensão do consumismo no Brasil passaram a definir a forma como os humanos interagem com a natureza.

Nesse sentido, o agrônomo e professor José Francisco Graziano da Silva (1982) reflete sobre questões da “modernização dolorosa”, que resultou em concentração fundiária e desigualdade social, além de dificuldades crescentes para pequenas propriedades de subsistência manterem sua renda. A expansão da fronteira agrícola, especialmente em áreas de florestas e ecossistemas sensíveis, resulta na conversão de vegetação nativa em monoculturas, provocando impactos ambientais significativos, tais como desmatamento, perda de biodiversidade e degradação do solo. Além disso, o processo de modernização da agricultura trouxe a dependência de insumos químicos, como fertilizantes e agrotóxicos, que acarretam consequências negativas para o meio ambiente, a saúde humana e a segurança alimentar, perpetuando um ciclo vicioso de dependência econômica entre os agricultores.

Silva (1982) destaca a perda de conhecimentos tradicionais, criticando a modernização agrícola, que frequentemente desvaloriza e suprime práticas e saberes tradicionais de agricultura sustentável e de agroecologia. Esses

conhecimentos são essenciais para a preservação da biodiversidade, a resiliência dos sistemas agrícolas e a adaptação às condições locais. A mudança na forma como a agricultura acontece no Brasil levou à migração forçada de populações rurais, precarização do trabalho agrícola e perda de direitos trabalhistas, resultando em problemas socioeconômicos como êxodo rural, pobreza e marginalização. Por esse motivo, é fundamental uma abordagem mais sustentável, socialmente justa e culturalmente diversa na agricultura, valorizando a agricultura familiar, a agroecologia e a preservação dos recursos naturais.

O paradigma do desenvolvimento econômico e social que sustenta nossas sociedades está fundamentado em uma ilusão de progresso, na qual o crescimento é mensurado pelo desempenho do mercado, em detrimento da qualidade de vida das populações. O desenvolvimento continua a ser associado à expansão capitalista, com a industrialização sendo vista como a única via possível de progresso. Nesse contexto, ocorre a individualização dos problemas sociais, bem como a marginalização do conceito de lugar e das identidades (Peruzzo; Volpato, 2019).

A partir de uma perspectiva crítica a essa ideia de desenvolvimento, Acosta (2016) argumenta que a importância não está no que produzimos, mas sim no que fazemos pelos outros, defendendo um desenvolvimento que se preocupe com o bem-estar dos cidadãos, com a redistribuição de renda e poder. Assim, o desenvolvimento deve integrar dimensões abrangentes que incluam a perspectiva econômica, ambiental, social, institucional, política e cultural. Isso requer construir novos padrões de produção e consumo que tenham foco na satisfação das necessidades fundamentais dos sujeitos. Além disso, o desenvolvimento precisa ser algo intrínseco ao sujeito, a pessoa deve desenvolver-se. Quando os sujeitos se assumem como agentes de transformação social, podem ser descobertas e fomentadas as potencialidades individuais e coletivas.

As colocações do autor conversam diretamente com as reflexões de Rivera Cusicanqui (2018), que propõe o restabelecimento das conexões com o passado e com as origens, destacando a importância das cosmovisões indígenas, que mostram a relevância da natureza e de outros seres vivos para a sobrevivência humana. Ao reconsiderar a questão do desenvolvimento sob a perspectiva indígena, é possível associá-lo ao bem-estar da comunidade, à preocupação com cada membro do povoado e à manutenção do sentido natural da vida, sem a criação de uma obsessão pelo progresso e pelo futuro.

Vislumbrar o desenvolvimento sustentável do planeta, como bem argumentam Peruzzo e Volpato (2019), passa necessariamente por uma visão individualizada de cada contexto. Não se pode criar projetos de economia sustentável sem uma análise detalhada sobre possibilidades e dificuldades de cada local, tendo em vista fatores fundamentais como sustentabilidade ambiental, social e econômica.

No Brasil existem iniciativas em educomunicação socioambiental que buscam mudar a realidade do país. Identificamos projetos de educação ambiental em escolas e em outras entidades, voltados a crianças, jovens e adultos, que assumem os educandos como protagonistas de seus aprendizados, criando conexões entre o conhecimento teórico visto na escola e o conhecimento prático do dia a dia. A educação ambiental visa estimular a reflexão e a criticidade a respeito da crise ambiental, social, política e econômica que é visível não só no Brasil como no planeta de forma geral.

Na fundamentação teórica de nossa pesquisa, problematizamos os conceitos de educomunicação, sujeitos comunicantes, apropriações comunicacionais e midiáticas e cidadania vinculada à ecologia. Em relação ao primeiro conceito, para pensar criticamente a educação desenvolvida na Cidade Escola Ayni, estabelecemos diálogos com as propostas dos educadores latino-americanos Paulo Freire (1987, 1996), Mário Kaplún (1998; 1999) e Simón Rodríguez (2016). As abordagens desses educadores são marcadas pela crítica à “educação bancária”, modelo educacional preocupado apenas com a transmissão de conteúdos educativos, e pela aposta em uma educação dialógica, crítica, voltada à emancipação e à libertação.

Dos diálogos com Freire (1987, 1996) e Rodríguez (2016), destacamos a relevância de uma educação popular inclusiva, pautada pela participação, igualdade, liberdade, diálogo, autonomia, criticidade, criatividade e integração entre teoria e prática, voltada à compreensão e transformação da realidade. De igual modo, os estudos de Kaplún (1998; 1999) foram cruciais para a conceituação da educomunicação, visto que o autor entende a educação como um processo que permite aos educandos desenvolverem habilidades críticas e participar ativamente na construção de uma sociedade mais equitativa.

Ao refletirmos sobre educomunicação, entendemos que um dos seus principais objetivos é proporcionar aos educandos voz e poder de decisão, permitindo que se reconheçam como sujeitos ativos na produção de

conhecimento e no desenvolvimento de habilidades comunicacionais. Além da capacidade de ler e escrever, essa perspectiva envolve também a construção de saberes relacionados à interpretação crítica e à produção de conteúdo multimídia.

A educomunicação promove o estímulo à curiosidade dos educandos, o questionamento, a reflexão crítica e a investigação da realidade para que se possa transformá-la. Trata-se de um processo dialógico no qual o educador atua como mediador do conhecimento, incentivando a participação crítica dos educandos. No entanto, é fundamental ressaltar a importância da inclusão social e digital nesse processo, uma vez que tanto a educação quanto a comunicação são direitos fundamentais dos cidadãos, e a democratização do acesso aos recursos tecnológicos está diretamente vinculada ao exercício da cidadania.

O propósito central da educomunicação é fortalecer a expressão e o protagonismo dos educandos, utilizando os meios de comunicação e as tecnologias da informação como ferramentas educativas. Nesse sentido, a educomunicação destaca o papel da comunicação nos processos educativos, reconhecendo sua importância para as relações humanas e o aprendizado. Além disso, valoriza as individualidades dos educandos envolvidos no processo educativo, promovendo a capacitação para o uso dos recursos tecnológicos a partir de uma abordagem dialógica, dialética e participativa.

Em consonância com essa abordagem, a educomunicação socioambiental no Brasil configura-se como uma das diretrizes do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), com o objetivo de criar um ambiente interativo e democrático para a produção de conhecimentos em comunicação ambiental voltados para a sustentabilidade (Brasil, 2023). Nesse cenário, educandos e educadores colaboram na criação e disseminação de conhecimentos relacionados às questões ecológicas, o que evidencia o papel central das práticas educacionais para a construção de uma aprendizagem significativa sobre a problemática ambiental.

Ao refletirmos sobre a multidimensionalidade dos sujeitos educandos presentes na Ayni, consideramos imprescindível discutir o papel destes sujeitos no processo educacional e as apropriações comunicacionais e midiáticas por eles realizadas vinculadas à questão ecológica. Concebemos os sujeitos como seres históricos, complexos, multidimensionais, contextualmente situados. Como produtores de sentido e de comunicação (Mattelart; Mattelart, 2004;

Maldonado, 2014; Bonin, 2016). Nos processos educomunicativos, esses sujeitos trazem consigo repertórios e experiências culturais, saberes e competências construídos em suas trajetórias, que medeiam os processos de aprendizagem (Freire, 1987; Martín-Barbero, 1997).

Os usos e apropriações das tecnologias pelos sujeitos educandos são atravessados por diversas mediações vinculadas ao contexto, à classe, às relações sociais, às culturas, entre outras (Martín-Barbero, 1997). Essa perspectiva reforça a ideia de que os sujeitos são produtores de sentido e necessitamos compreendê-los como comunicantes, ativos no processo de recepção. No entanto, como Bonin (2016) alerta, as apropriações digitais dependem do acesso às mídias e das competências tecnológicas dos sujeitos, elementos essenciais para sua plena realização.

Em relação à problemática da cidadania ecológica, compreendemos que cidadania e ecologia estão intimamente conectadas, sendo componentes essenciais de uma abordagem mais holística da comunicação e da participação social. Refletimos sobre a importância de entender o impacto humano no meio ambiente e como essa questão deve ser integrada ao pensamento sobre cidadania, sugerindo que o papel dos meios de comunicação na promoção de uma consciência ecológica é vital.

Destacamos a responsabilidade dos sujeitos diante da crise ambiental e os caminhos possíveis para promover mudanças. A partir da visão de Boff (2015), compreendemos que a crise ambiental é, em essência, uma crise espiritual e ética, originada de uma visão antropocêntrica que explora a natureza. Assim, é necessário desenvolver uma ecologia profunda e uma ética de cuidado que reconheça o valor intrínseco de todas as formas de vida. Autores como Rivera Cusicanqui (2018) e Krenak (2020) também contribuem para nossa reflexão ao pensar criticamente a exploração dos recursos naturais e a necessidade de uma visão “ecossocialista”, que reconheça os direitos das comunidades indígenas e a justiça ambiental. Dessa forma, a cidadania ecológica incita a reflexão sobre o papel dos seres humanos no mundo e sua ação consciente em prol da preservação ambiental, visando à construção de um futuro sustentável para as próximas gerações.

As perspectivas teóricas discutidas permitem pensar que a construção de processos educomunicativos voltados à formação e promoção de cidadania ecológica deve incluir uma postura crítica em relação às práticas relacionadas ao

meio ambiente e aos recursos naturais. A reflexão e a criticidade são componentes essenciais para a compreensão das dinâmicas do presente, bem como para a promoção de mudanças no futuro.

Para fundamentar a construção metodológica da pesquisa, consideramos as contribuições da vertente transmetodológica (Maldonado, 2013), assumindo a necessidade de construir confluências de teorias e métodos para contemplar a complexidade e a multidimensionalidade do objeto investigado. Metodologicamente, para concretizar a pesquisa empírica, consideramos as possibilidades oferecidas pela observação participante para melhor mergulharmos na realidade e nas práticas educativas da escola investigada. Assim, efetuamos diferentes imersões na Cidade Escola Ayni. Realizamos também uma oficina criativa com crianças educandas da escola, na qual desenvolvemos uma atividade artística que favorecesse a expressão de aprendizados sobre ecologia. Por fim, fizemos entrevistas com sujeitos educandos adultos participantes das atividades da escola.

O primeiro movimento de coleta de dados realizado foi a observação dos ambientes digitais da escola. Esta observação inicial foi aprofundada por meio de uma pesquisa documental, que incluiu a leitura de notícias, a visualização de reportagens e palestras ministradas por Thiago Berto, fundador da escola, em diversas cidades do Brasil, em que ele apresenta a história e a proposta educativa da Ayni. Este levantamento preliminar foi essencial para uma visualização da proposta da escola e nutriu a elaboração do roteiro de observação utilizado nas imersões presenciais.

Como mencionado anteriormente, a manutenção financeira da escola acontece por meio da venda de cursos. Sendo assim, para viver a escola na íntegra, realizamos quatro movimentos focados na observação e participação dos processos educacionais das seguintes atividades: *Curso Educação para a Paz*, em janeiro de 2023; *Formação Vivencial*, em maio de 2023; *Vivência (Des)aprender*, em novembro de 2023; e *Voluntariado*, em novembro de 2023. As observações concentraram-se em três eixos principais: os cenários do processo educacional, o modo como este processo ocorre e a participação dos sujeitos educandos. Por meio da observação, da participação e de registros em diário de campo, coletamos diversas informações sobre o processo educacional da escola e sua conexão com a temática ecológica. Além disso, fizemos fotografias para complementar as descrições com elementos visuais.

A Ayni é composta por uma variedade de sujeitos educandos, incluindo o fundador, educadores, crianças, pais, voluntários e participantes dos cursos e da comunidade. Para uma aproximação desses diferentes sujeitos, precisamos trabalhar com metodologias sensíveis às particularidades deles. Com as crianças, optamos por realizar uma oficina criativa, que denominamos de *Arte Ecológica*, na qual, a partir de conversas sobre ecologia, propusemos que elas expressassem seus pensamentos por meio de desenhos e colagens. Essa experiência, realizada no mês de dezembro de 2023, revelou o potencial criativo e inventivo das crianças e proporcionou elementos valiosos para a pesquisa.

Com os adultos, optamos por realizar entrevistas norteadas por roteiros flexíveis, contendo questões relacionadas ao dia a dia, a como usam as mídias, aos conteúdos que consomem, à relação com a Ayni, às compreensões sobre ecologia aprendidas, às mudanças que perceberam e a melhorias que gostariam na escola. Na escolha dos sujeitos participantes, levamos em conta o tempo que participam da escola e nossa percepção em relação a uma participação ativa no dia a dia escolar. Nas abordagens, realizadas no período de dezembro 2023 a janeiro de 2024, os entrevistados, entre educadores, voluntários e famílias, ofereceram diversas perspectivas sobre a Ayni e a temática ecológica. As entrevistas revelaram a relação entre suas vivências na escola e o desenvolvimento de uma cidadania ecológica, como discutiremos na sequência.

APRENDIZADOS DOS EDUCOMUNICANDOS NA CIDADE ESCOLA AYNI

A Ayni, por ser uma escola de contraturno, não está vinculada a um currículo obrigatório. As crianças são estimuladas a explorar livremente o ambiente escolar, que oferece diversas opções como brinquedos, livros, materiais artísticos e tecnológicos. No bosque, elas podem brincar no parquinho, correr e permitir que a imaginação flua, além de participar de atividades na agrofloresta, como plantar, colher ou simplesmente passear.

Durante a pesquisa, percebemos que a Ayni oferece um ambiente interativo e democrático, que estimula o despertar de um interesse genuíno por temas que importam aos educandos. Assim, os conteúdos emergem a partir das demandas dos educandos. As observações e os diálogos com os educadores permitiram ver que o papel do educador como mediador é uma constante no cotidiano da escola. As rotinas na escola seguem o fluxo da vida, sem uma determinação prévia sobre os conteúdos a serem abordados, colocando o

protagonismo no educando, que tem liberdade de escolher o que deseja aprender.

A brincadeira é reconhecida como uma forma essencial de aprendizado, permitindo à criança desenvolver-se tanto individual quanto coletivamente. O aprendizado na Ayni reconhece as crianças como seres com vivências e personalidades únicas e respeita seus ritmos e escolhas. Ele ocorre de forma personalizada e, ao mesmo tempo, coletiva, incentivando a participação e o diálogo em vez da competição.

Durante as imersões, refletimos sobre as práticas educomunicativas na Ayni, questionando se as mesmas poderiam ser assim denominadas dada a ausência de produções mediadas pelas mídias digitais. Então refletimos que precisávamos considerar tecnologias além da internet, incluindo cartazes, materiais artísticos e experimentos coletivos presentes na escola.

Identificamos que o processo educomunicativo na escola se caracteriza pela liberdade dada às crianças para se dedicarem aos seus interesses, pela promoção da autonomia e pela relação estreita entre teoria e prática, sendo essas dimensões fundamentais para a construção de saberes.

A dimensão ecológica ocupa um lugar central na proposta da escola, que articula a agroecologia com uma pedagogia sustentável. O contato constante com a terra e a natureza promove uma relação de respeito e compreensão do papel do ser humano como parte integrante do ecossistema. Esse contato visa equilibrar o campo energético, influenciando comportamentos, ideias e emoções dos educandos.

A partir das concepções pedagógicas de Freire (1987, 1996), Kaplún (1998; 1999) e Rodríguez (2016) acerca de um processo educativo libertador, vislumbramos na Ayni conexões com a ideia de participação e igualdade, dado que a escola, apesar de gratuita e sem apoio governamental, requer uma participação genuína de educadores, pais, crianças e voluntários. Observamos uma ruptura com a concepção verticalizada de educação. Tal ruptura se manifesta na organização pedagógica, que, apesar de funcionar em contraturno, promove uma mudança estrutural no sistema educativo, exemplificada por ateliês (Figura 1) que integram múltiplas idades, mesas e cadeiras organizadas em círculos, ausência de recreio e sirene, bem como inexistência de lições de casa e

provas. Tais características indicam uma aproximação com a concepção de uma educação não bancária.

Figura 1 - Ateliês no bosque



Fonte: Foto produzida pela autora, 2023.

A participação ativa e o protagonismo dos educandos também se revelam como elementos centrais, sendo o diálogo fundamental para a construção de aprendizagens significativas. Na Ayni, com a ausência de direcionamento nas atividades, o educando é incentivado a expressar-se livremente e a dedicar-se a projetos de seu interesse. O acesso a diversos materiais estimula a criatividade, inventividade e autonomia do educando.

A comunicação, nesse contexto, desempenha um papel fundamental, seja por meio das mediações midiáticas e comunicacionais que compõem o repertório de cada educando e educador, seja no convívio diário entre os participantes.

A autonomia, por sua vez, relaciona-se diretamente com o princípio educucomunicativo de diálogo entre teoria e prática. Na Ayni, observa-se um fortalecimento da ideia de aprendizado livre e de conhecimentos aplicáveis à vida cotidiana. As atividades desenvolvidas na escola buscam conectar-se com a realidade dos educandos fora dela, seja em casa, na comunidade ou na escola regular. Teoria e prática estão presentes em todos os momentos, como ao cozinhar, plantar, limpar, brincar ou criar projetos. Essa inter-relação entre teoria e prática também considera diferentes competências e saberes dos educandos. Esse aspecto, inclusive, foi especialmente relevante nos diálogos sobre as questões ecológicas durante a pesquisa, demandando uma metodologia personalizada que levou em consideração os conhecimentos prévios dos educandos.

No que tange à dimensão ecológica vivenciada na Ayni, os dados colhidos junto aos sujeitos educandos na pesquisa revelam que há o desenvolvimento de um pensamento crítico sobre o tema, independentemente da idade dos educandos. Tal crítica manifesta-se no modo como os educandos utilizam os materiais e interagem com o ambiente, envolvendo práticas de economia, reutilização, reciclagem, bem como o senso de coletividade, que refletem uma preocupação com o planeta. Esse cuidado se traduz em ações concretas, como o uso consciente da água e alimentos, o respeito à fauna e flora locais, incluindo o bosque, os animais e insetos que habitam o ambiente escolar.

Entendemos que o processo de midiatização desempenha um papel significativo na transformação dos processos educacionais contemporâneos em virtude das múltiplas possibilidades tecnológicas que oferece. Não é possível dissociar os processos educacionais da compreensão de que os sujeitos comunicantes estão inseridos em um ecossistema comunicacional midiatizado. A midiatização permeia as experiências de educadores e educandos de diversas maneiras, influenciando também a trajetória daqueles que chegam à escola por meio das mídias digitais.

No que tange às temáticas abordadas, mesmo que os educandos não possuam concepções prévias aprofundadas sobre ecologia, atualmente o aprendizado ocorre em uma variedade de contextos. E, como discutem Maldonado (2014) e Bonin (2016), as mídias configuram-se como ambientes nos quais os sujeitos adquirem múltiplos saberes. As aprendizagens anteriores podem ser oriundas de diversas outras mediações, porém os meios de comunicação são elementos centrais na configuração de culturas, identidades, saberes, práticas e costumes. Diante disso, foi essencial considerar as trajetórias midiáticas dos educandos ao analisar seu processo formativo.

Além disso, os saberes e as competências dos sujeitos educandos no contexto geográfico em questão estão fortemente associados às práticas familiares relacionadas à agricultura e ao meio ambiente. Assim, conhecimentos prévios tanto podem ser produtivos quanto descontextualizados ou ainda vinculados à exploração capitalista dos recursos naturais. Independentemente de sua precisão, essas concepções prévias refletem a forma como os sujeitos pensam e se posicionam.

Em nosso contexto de pesquisa, encontramos sujeitos que já tinham uma trajetória de envolvimento com movimentos de preservação ambiental e

conscientização, assim como outros que não tiveram vivências como essas. Diante dessa diversidade, as abordagens pedagógicas precisaram ser sensíveis às nuances, vivências, experiências e oralidades dos educandos. Além de apresentarem idades distintas, cada sujeito está inserido em uma realidade particular, com uma vida familiar e comunitária que pode divergir em relação aos demais.

Para alcançar uma cidadania ecológica plena, os educandos precisam não apenas assimilar os conhecimentos adquiridos no ambiente escolar, mas também replicar essas práticas em suas residências e comunidades. Isso inclui ações como a economia de água, o aproveitamento da luz solar, o cuidado com a alimentação, a reutilização e reciclagem de materiais, a redução do uso de plástico e o consumo consciente e orientado por propósitos.

Assim como foi anteriormente mencionado quanto à importância dos saberes dos educandos, no âmbito da cidadania ecológica, espera-se que os conhecimentos críticos e conscientes acerca da realidade ambiental global sejam fortalecidos, enquanto os saberes estereotipados e negacionistas sejam superados. Para os adultos, o objetivo é revisitar e refletir sobre seus saberes, o que os leva a repensar o que já foi aprendido. No caso das crianças, o trabalho envolve fornecer informações corretas e confiáveis, permitindo que construam novos aprendizados de forma sólida. É imprescindível, contudo, levar em consideração os aprendizados prévios dessas crianças, adquiridos por meio da relação com as mídias, cultura, sociedade e ambiente familiar.

Como compreendemos a partir de Boff (2015), Rivera Cusicanqui (2018) e Krenak (2020), a construção da cidadania ecológica implica a problematização do processo de desenvolvimento, o que requer uma reflexão crítica sobre os sistemas hegemônicos vigentes. Isso demanda um pensamento questionador que não aceite passivamente as informações transmitidas pela mídia, mas que, ao contrário, busque analisá-las de forma reflexiva e crítica.

Ao analisarmos as práticas comunicacionais e educativas realizadas pelos educandos da Cidade Escola Ayni, abrangendo temas, espaços (presenciais e digitais), metodologias, linguagens, técnicas e a participação ativa dos educandos, identificamos um processo educomunicativo em processo de amadurecimento. Interagindo com a escola, observamos aspectos fundamentais como a promoção de uma participação coletiva, o incentivo à autonomia dos projetos infantis, a liberdade de expressão, o uso do diálogo como elemento essencial nas atividades

e na resolução de conflitos e a aplicação prática de teorias na vida cotidiana dos educandos. Os temas abordados emergem a partir da iniciativa dos educandos, com o uso dos espaços, como ateliês e pátio, sendo livre e com uso de tecnologias direcionado a fins educativos. A participação ocorre de maneira satisfatória, tanto para crianças quanto para adultos.

Desde o início do nosso envolvimento com a Cidade Escola Ayni, em 2022, observamos transformações significativas. Com a implementação do Hotel Ayni, visando à geração de renda para a manutenção financeira da escola, identificamos a necessidade de uma prestação de contas clara e transparente, tanto para a comunidade escolar interna quanto no *site* da instituição, de maneira a oferecer aos visitantes uma visão detalhada sobre valores e práticas que sustentam a escola. Conforme exploramos ao longo da pesquisa, a transparência nas ações da escola é crucial para evitar a reprodução de um sistema econômico opressor.

Dessa forma, cumprindo com o papel da pesquisa científica, identificamos alguns desafios e carências no processo educacional na Cidade Escola Ayni. Consideramos que a agrofloresta, atualmente, é um dos espaços escolares com menor aproveitamento e, simultaneamente, um dos mais promissores para fomentar discussões sobre a problemática ecológica, envolvendo tanto educandos adultos quanto crianças. No voluntariado identificamos a necessidade de trabalhos com mais planejamento e direcionamento. Para que este potencial seja explorado, torna-se fundamental o desenvolvimento de dinâmicas que abordem temas como capitalismo, consumismo, ecologia e política de maneira específica e estruturada.

Percebemos também que a atuação da escola em turno único e o voluntariado dos pais em horário comercial podem limitar a participação mais ampla, assim como estimular o distanciamento da comunidade local em relação à escola. A pesquisa aponta para a necessidade de aprofundamento da reflexão crítica sobre a crise ecológica contemporânea e o papel da educação nesse processo, destacando o potencial da Ayni em promover aprendizagens significativas voltadas para a construção de cidadania ecológica. Identificamos a necessidade de tratar também outros temas sociais relevantes, como machismo, feminismo, racismo e homofobia, que vão além das questões ecológicas.

Nas entrevistas com os sujeitos educandos adultos, sentimos falta de uma problematização mais crítica sobre a cadeia de fatores que sustenta a crise

ambiental, que deveria aprofundar-se pela análise dos fatores econômicos, políticos, sociais e culturais envolvidos. Ao analisar os conhecimentos e competências sobre ecologia adquiridos pelos educandos durante nossas interações, notamos que muitos se baseiam em visões do senso comum, mas isso não os invalida. Esses saberes derivam de experiências familiares, culturais, profissionais e acadêmicas, bem como do contato com as mídias, incluindo práticas como a separação correta do lixo, o cuidado com materiais e espaços, a alimentação saudável e a prática efetiva dos 4Rs (reduzir, reutilizar, reciclar e repensar).

As mediações midiáticas e comunicacionais que observamos ser configuradoras dos processos comunicativos e educativos da Ayni incluem as interações com a comunidade, a família, o trabalho, a escola, a cultura e a relação com as mídias. Refletindo sobre essas mediações, percebemos que elas moldam as posturas dos educandos em relação à ecologia, embora alguns relatem mudanças de concepções e comportamentos anteriores após seu ingresso na Ayni.

Identificamos a necessidade de um debate aprofundado sobre o papel das mídias e sobre as razões de se evitar o uso de *smartphones* no ambiente escolar, e de problematização sobre a influência das mídias nas concepções sobre ecologia. Essa discussão pode favorecer uma relação mais crítica e consciente entre os educandos e as mídias. Sobre as redes sociais da Ayni, percebemos que atualmente elas são utilizadas principalmente para divulgar cursos, voluntariado e o hotel, enquanto poderiam servir como um canal para comunicar atividades escolares, criações das crianças e ações da escola que promovem transformações sociais, ampliando a visibilidade da educação popular e do processo educomunicativo que a escola desenvolve.

Na análise das práticas educativas e dos saberes e competências desenvolvidos sob a ótica da educomunicação e da cidadania ecológica, entendemos que as aprendizagens para a cidadania partem de uma postura crítica ante a crise ambiental e do reconhecimento da interdependência com a natureza, enfatizando a responsabilidade por atitudes conscientes. Os educandos demonstram práticas sustentáveis em suas rotinas e podem expandir essa compreensão por meio de reflexões suscitadas na Cidade Escola Ayni.

Com base na metodologia adotada nesta investigação, sugerimos que estudos futuros sobre educomunicação socioambiental em escolas possam

adotar uma abordagem de pesquisa-ação, promovendo oficinas e grupos de discussão sobre os temas identificados ao longo desta pesquisa. Consideramos que a Ayni apresenta uma carência de criticidade quanto aos seus pilares economia e agroecologia, muitas vezes centrando-se apenas na crítica ao sistema educacional tradicional, o que limita o potencial para abordagens críticas sobre outras dimensões sociais e políticas fundamentais no desenvolvimento do ser humano.

Os sujeitos educandos da Ayni apropriam-se das práticas comunicacionais e educativas da escola de diferentes formas, de acordo com suas possibilidades e realidades. Essas apropriações colaboram na construção de saberes ecológicos, integrando vivências e experiências pessoais. Assim, constatamos que o desenvolvimento de cidadania ecológica encontra-se em processo de construção e amadurecimento.

Por fim, consideramos que a investigação realizada trouxe contribuições significativas para o campo da educomunicação socioambiental, oferecendo uma visão oriunda de uma escola de educação alternativa. Para a Ayni, a pesquisa foi igualmente reveladora, pois destacou aspectos que muitas vezes passam despercebidos no cotidiano, promovendo discussões e melhorias na abordagem pedagógica e na consolidação de um processo educacional capaz de fomentar reflexões críticas sobre a questão ambiental.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016.

BOFF, Leonardo. **Ecologia**: grito da terra, grito dos pobres, dignidade e direitos da mãe terra. Petrópolis: Vozes, 2015.

BONIN, Jiani Adriana. Questões metodológicas na construção de pesquisas sobre apropriações midiáticas. In: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em comunicação**: metodologias e práticas acadêmicas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 213-231.

BRASIL. **Educação ambiental por um Brasil sustentável: proNEA**, marcos legais e normativos. 6. ed. Brasília: MMA, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KAPLÚN, Mário. **Una pedagogía de la comunicación**. Madrid: Ediciones de la Torre, 1998.

KAPLÚN, Mário. Processos educativos e canais de comunicação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 14, p. 68-75, 1999. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36846>.. Acesso em: 10 abr. 2023.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MALDONADO, Alberto Efendy. A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em inícios do século XXI. *In*: MALDONADO, Alberto Efendy; BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins do (orgs.). **Perspectivas metodológicas em comunicação: novos desafios na prática investigativa**. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2013. p. 17-45.

MALDONADO, Alberto Efendy. Perspectivas transmetodológicas na pesquisa de sujeitos comunicantes em processos de receptividade comunicativa. *In*: MALDONADO, Alberto Efendy (org.). **Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil**. Salamanca, ES: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2014. v. 1, p. 17-40.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michele. Os procedimentos do consumo. *In*: MATTELART, Armand; MATTELART, Michele. **Pensar as mídias**. São Paulo: Loyola, 2004.

PERUZZO, Cíclia M. K.; VOLPATO, Marcelo de Oliveira. Comunicação para o desenvolvimento: aspectos teóricos desde a modernização ao “buen vivir”. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 4, p. 11-26, 2019.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Un mundo ch'ixi es posible**: ensayos desde un presente en crisis. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

RODRÍGUEZ, Simón. **Obras Completas**. Caracas: Ediciones Rectorado, 2016.

SILVA, José Francisco Graziano da. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

Recebido em 13/11/2024

Aprovado em 30/12/2024